

Nova Friburgo, 18 de setembro de 2025.

Para: Leonardo Gabrig Peixoto

Pregoeiro – Matr.: 206.934

De: Willian R.G. Borges

Membro da Comissão de Contratação – Matr.: 300.817

Referente: Processo nº13.500/2025

Pregão Eletrônico nº 90.070/2025

Cumprir registrar que, em resposta ao parecer técnico preliminar desta Comissão, a empresa WTE Engenharia LTDA. apresentou o documento intitulado "**Justificativa Complementar**", no qual afirma ser capaz de oferecer desconto superior a 25% e, ainda assim, executar as obras dentro do prazo e com a qualidade exigida pela Administração. Passa-se, assim, à análise complementar dos esclarecimentos prestados.

Registra-se que, conforme já apontado em parecer técnico anterior, o item 14.4 do edital apresenta imprecisão redacional, ao prever como indício de inexecutabilidade apenas propostas inferiores a 50% do orçamento da Administração, regra esta aplicável a bens e serviços em geral.

Ainda assim, observa-se que a empresa mantém a utilização desse parâmetro em sua defesa, motivo pelo qual cabe esclarecer, mais uma vez, que, no caso em análise, trata-se de serviço comum de engenharia, sujeito ao limite de 75% previsto no art. 59, §4º, da Lei nº 14.133/2021. Assim, mesmo que o edital não tenha reproduzido esse ponto de forma expressa, prevalece a norma legal. Portanto, não procede a interpretação da empresa ao insistir no limite de 50%.

Nesse ritmo, observa-se que a empresa cita um acórdão do TCU de 2013 para justificar seu desconto. Contudo, tal entendimento foi construído sob a vigência da antiga Lei nº 8.666/93, não refletindo o regime atual da Lei nº 14.133/2021. As decisões mais recentes do TCU deixam claro que a aplicação de massa asfáltica em vias urbanas exige técnicas construtivas próprias, sendo enquadrada como serviço comum de engenharia, portanto o limite que deve ser usado para verificar a exequibilidade é de 75%, e não de 50%.

De se destacar que, mesmo que a empresa tenha citado a IN SEGES nº 73/2022 e precedentes do TCU para defender o uso do parâmetro de 50%, tal entendimento não se aplica ao presente certame. O edital (página 1 e item 2.1) classificou o OBJETO como serviço comum de engenharia e, conforme o art. 59, §4º, da Lei nº 14.133/2021, o limite correto para análise de exequibilidade é de 75%.

Em relação aos custos da proposta, importa destacar o seguinte: a empresa apresentou em sua Justificativa Complementar uma planilha contábil relacionada a mão-de-obra que não se alinha aos valores da proposta vencedora, que foi construída com descontos lineares. Nessa simulação, os salários aparecem mais altos que os constantes da proposta apresentada no certame, evidenciando a divergência. Dessa forma, ainda não é possível comprovar de forma objetiva que os pisos salariais e encargos previstos na Convenção Coletiva estão integralmente contemplados dentro do valor global ofertado. Entende-se que o apontamento visa apenas garantir que a proposta seja exequível e que o contrato possa ser executado sem riscos de desequilíbrio ou descumprimento trabalhista.

Portanto, a planilha que a empresa deve apresentar para comprovar a exequibilidade precisa ser a mesma do certame, pois é com ela que a Prefeitura vai contratar e pagar. Caso sejam apresentados cálculos ou simulações com valores diferentes, estes devem estar claramente compatíveis com a proposta vencedora, já que o contrato seguirá os números ofertados no pregão. Se houver diferença entre os custos reais e a planilha oficial, essa diferença fica por conta da empresa, que

precisa provar de forma objetiva que consegue cumprir os pisos salariais e encargos dentro do valor que apresentou na proposta.

Sobre esse ponto, a empresa buscou justificar tais valores afirmando que eventuais divergências salariais em relação ao piso da categoria seriam compensadas na composição global do contrato. No entanto, essa alegação não comprova de forma objetiva a exequibilidade, já que os valores de mão-de-obra na planilha do certame permanecem abaixo do mínimo necessário, representando risco de desequilíbrio na execução. Desta forma, considerando que esse ponto envolve interpretação jurídica e trabalhista, recomenda-se encaminhar à Procuradoria para ciência e manifestação quanto à validade desse entendimento.

Além disso, essa divergência fica ainda mais evidente quando se observa funções específicas. Na planilha vencedora do certame (com descontos aplicados pela empresa), o custo relacionado ao serviço de mão-de-obra de *Feitor* ficou em R\$ 3.264,68 (com encargos). Mas na planilha contábil apresentada depois, o mesmo cargo aparece com custo mensal de R\$ 5.999,98. Entende-se que a diferença de R\$ 2.753,30 não será paga pela Prefeitura, mas sim pela empresa. Isso se repete em outras funções, mostrando que a contratada terá que arcar com esse ônus, o que reforça a dúvida sobre como conseguirá executar sem prejuízo.

Cabe destacar que, em sua planilha contábil os salários parecem compatíveis com o piso da categoria, com encargos em torno de 52%. Mas os valores dessa planilha são mais altos que os da proposta com desconto linear apresentada no certame. Ou seja, há divergência, e a diferença terá que ser suportada pela empresa, não pela Administração.

De se saber que, além da planilha contábil, a empresa anexou a Convenção Coletiva 2024/2025, que é um documento importante como referência, mas, sozinha, não garante a comprovação. O que se espera é que ela mostre, de forma numérica, que os valores apresentados na

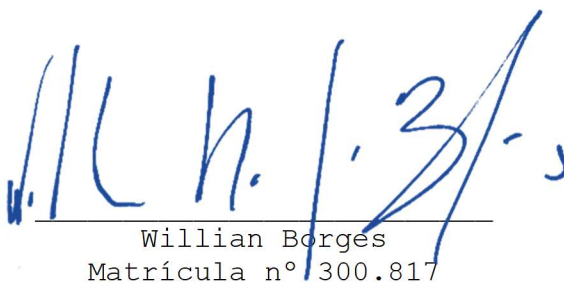


proposta são suficientes para cobrir o piso e os encargos de cada função.

E por fim, em diligência realizada na web, foi identificado que a empresa responde a algumas ações trabalhistas. Destaca-se que isso não impede sua habilitação, mas acredita-se que aumenta o risco de problemas na execução do contrato. Portanto, sugere-se encaminhar essa informação à Procuradoria, para fins de ciência e eventual análise.

Diante do exposto, os apontamentos acima são submetidos aos demais membros da comissão para apreciação e deliberação quanto às medidas cabíveis.

Sem mais para o momento, subscrevo-me.


Willian Borges
Matrícula nº 300.817